



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TEROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

EIXO: O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Os Fundamentos e o Trabalho profissional. O trabalho e as condições de trabalho do assistente social nas políticas públicas e sociais. Os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos constitutivos do exercício profissional do assistente social. O debate sobre as atribuições e competências profissionais.

Dimensões contemporâneas do trabalho dos/das assistentes sociais no serviço de proteção e atendimento integral à família (paif)¹

Karla Vianna Azevedo de Oliveira²

Resumo: O artigo debate o processo de trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, no município de Teresina, em uma abordagem qualitativa, reconhecendo a relação entre a profissão e as políticas sociais, apresentando reflexões a partir da literatura do Serviço Social e de entrevistas com assistentes sociais, com análise a partir do método dialético. Os resultados sinalizam profissionais que acreditam contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias; todavia, localiza-os em uma atmosfera limitada acerca da conjunção dos elementos de seu processo de trabalho.

Palavras-chave: Serviço Social; Processo de Trabalho; Assistente Social; Assistência Social.

Abstract: The article discusses the work process of the Social Worker in the Social Assistance Policy, in the Family Protection and Comprehensive Care Service, in the municipality of Teresina, in a qualitative approach, recognizing the relationship between the profession and social policies, presenting reflections based on Social Service literature and interviews with social workers, with analysis using the dialectical method. The results indicate professionals who believe they contribute to improving the quality of life of families; however, it locates them in a limited atmosphere regarding the conjunction of the elements of their work process.

Keywords: Social Work; Work process; Social Worker; Social assistance

¹ O presente artigo é parte da dissertação de Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, intitulada "O processo de trabalho do/da assistente social e a autonomia das famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Teresina (PI), tendo como *lôcus* de investigação os Centros de Referência de Assistência Social (CRASs) de Teresina.

² Assistente Social, Doutoranda em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, Mestre em Políticas Públicas, karlavao@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a política de Assistência Social tem sido construída, a partir dos anos 2000, sob uma trajetória ancorada no pacto federativo e no zelo pela primazia da responsabilidade do Estado; mesmo que circunscrita em um país de capitalismo dependente, característica latino-americana que, segundo Marini (2000) são entendidas enquanto “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” Marini, (2000, p.109)

Objetivando realizar uma reflexão sobre as dimensões do trabalho de assistentes sociais na política de assistência social, conjecturamo-nos que o aprimoramento das políticas sociais podem ser possibilitado por diversas vias, uma delas diz respeito às reflexões e práticas de seus agentes. É nesse intuito, que este artigo desenvolve uma análise do processo de trabalho do/da assistente social no PAIF, nos CRASs do município de Teresina (PI), junto aos indivíduos e suas famílias em situação de acompanhamento.

O artigo apresenta reflexões sobre processo de trabalho, para posteriormente discorrer sobre as dimensões contemporâneas do processo de trabalho do/da assistente social nos espaços dos CRASs, em Teresina, circunscritas nas entrevistas realizadas.

2. O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO PAIF: UMA BREVE CIRCUNSCRIÇÃO SOBRE OS SEUS ASPECTOS

As representações que o trabalho que assistentes sociais imprimem em torno das políticas sociais brasileiras requisitam um entendimento acerca dos elementos que formam esse processo de trabalho e a intencionalidade que o reveste, em uma perspectiva de totalidade que envolve os aspectos objetivos que delineiam um exercício profissional calcado no dismantelo do *status quo* de forma a permitir, nos meandros das contradições postas pelas políticas sociais brasileiras, a constituição do Estado Democrático de Direito.

2.1. O Trabalho profissional de assistentes sociais

Tendo em consideração a lógica de Marx (2003) onde o trabalho se subordina ao movimento do capital e analisando que Karsch (1998) diz que o papel dos serviços prestados pelo Estado não pode ser totalmente descolado das relações de produção, cabe perguntar: quais aspectos delineiam o processo de trabalho do/a Assistente Social na



contemporaneidade, na relação de compra e venda de sua força de trabalho, nas políticas sociais no contexto de capitalismo brasileiro?

Destarte, pode-se dizer que a profissão do Serviço Social teve sua existência determinada pelo e a favor do capital, destinada ao controle da classe trabalhadora, tendo suas bases teóricas reconceitualizadas, bem como a intencionalidade de seu agir no Movimento de Reconceitualização da profissão, em 1965, tomando como direção os interesses e as demandas desta classe.

Nesta direção e, de forma cotidiana, os/as Assistentes Sociais desenvolvem um processo de trabalho, conforme a intencionalidade de seu agente, na elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais, encontrando mediação para a efetivação dos direitos sociais, de forma que concatenada com o projeto de sociedade que atenda aos interesses da classe trabalhadora com base em sua prática assentada no projeto ético-político profissional, conforme afirmam Nogueira, Correia, Oliveira, (2023, p.02), possuindo como objeto de trabalho a questão social e, tendo-a sob prismas contemporâneos, vislumbra-se uma profissão que visa, de acordo com seu Projeto Ético-Político, dar respostas de enfrentamento às expressões da questão social, por seu processo de trabalho.

Deve, pois, o/a Assistente Social, desenvolver o seu processo de trabalho na conjunção das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que a formação profissional oferece em sua base curricular da graduação, o que pode levar a concretas possibilidades de alteração da realidade social dos indivíduos aos quais incidem o resultado de sua ação.

O entendimento acerca do processo de trabalho dos/das assistentes sociais, também pressupõe o fato de que os mesmos operam estratégias dentro de limites a eles intrínsecos e extrínsecos, sendo necessário o (re) conhecimento dos elementos de seu processo de trabalho, para o desenvolvimento de um exercício profissional consubstanciado por estratégias de superação dos limites, com vistas a uma intervenção substantiva e subversiva nas condições de vida dos sujeitos atendidos.

Em um contexto determinado pela dependência, superexploração da força de trabalho e subdesenvolvimento e pela contradição genuína das políticas sociais que, como um paliativo contraditório que ao tempo indica ser um direito conquistados pela classe trabalhadora que não emancipam da lógica capitalista de apropriação privada dos meios de produção (Nogueira, Correia, Oliveira, 2023), identifica-se a alta carga de responsabilidade que o PAIF acarreta aos seus profissionais, uma vez que as orientações técnicas do Serviço destacam que a qualidade do atendimento pelos profissionais dos serviços, constitui um dos principais aspectos para a efetividade na oferta dos mesmos (BRASIL, 2012).



Do ponto de vista de método, partindo do todo para as partes e, sob a âncora e julgo da dialética marxiana, entendemos e dispomos os elementos do processo de trabalho do/da assistente social no PAIF na contemporaneidade, em Teresina: o seu objeto (questão social), o seu trabalho (prática profissional), os meios de trabalho (articulação das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas), a intencionalidade da ação profissional e as respostas profissionais às expressões da questão social.

2.2. Constituição e apreensões sobre o exercício profissional contemporâneo do/da assistente social na política de assistência social.

Buscando não incorrer em afirmações fatalistas, as dimensões do processo de trabalho do/a Assistente Social no espaço do PAIF em Teresina, serão então descritas a partir das análises das entrevistas realizadas, apoiadas em anotações de Diário de Campo e nas reflexões teóricas da pesquisadora.

As condições concretas às quais os/as Assistentes Sociais estão circunstancialmente inseridos/as foram observadas a partir da estrutura física dos CRASs, em principal as salas de atendimento da equipe do PAIF, à luz das Orientações Técnicas da Proteção Social Básica do SUAS (BRASIL, 2009), sendo resguardados os sigilos de atendimento e de guarda de documentações dos usuários do Serviço.

Em cada espaço observado, identificou-se estruturas aceitáveis, no que concerne às edificações e ao mobiliário; não obstante avaliou-se a necessidade de adequações para que satisfaça integralmente o quesito do sigilo do atendimento, visto que outros profissionais, além da equipe do PAIF, utilizam a mesma sala, devido à inexistência de outros espaços nos CRASs para o desenvolvimento dos demais trabalhos do Centro de Referência. Isso afeta a operacionalização de outras ações dos CRASs, bem como o processo de trabalho do/a Assistente Social, no direito do profissional.

Nos demais espaços de atuação do/da Assistente Social nos CRASs, para o desenvolvimento de outras ações do trabalho social com famílias, como as oficinas e acolhidas coletivas, observou-se acomodações admissíveis, haja vista um processo iniciado pela Secretaria Municipal de Trabalho Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS)³, de readequação e climatização dos espaços coletivos, dotando-os de mobiliário adequado e de reforma das edificações, observando-se que a qualidade do atendimento profissional pode ser proporcionada pela adequação das estruturas oferecidas para tal.

³ Atualmente denominada de Secretaria Municipal de Cidadania Assistência Social e Políticas Integradas (SEMTCASPI).



Metodologicamente, após as observações, passou-se à realização das entrevistas, destacando que, quando questionados sobre a sua prática, no que se refere à descrição de seu processo de trabalho, os sujeitos entrevistados, em sua totalidade, respondem, fazendo menção às ações que formam o conjunto do trabalho social com famílias do PAIF, postas nas orientações técnicas da Política, nos depoimentos, observa-se que os profissionais não aliam todos os elementos que compõem o processo de trabalho do/a assistente social, aviltando a noção dos elementos que o compõe:

No PAIF, nós trabalhamos essencialmente com a questão do trabalho com famílias, através dos grupos e também da escuta qualificada (ASSISTENTE SOCIAL 1).

O que a gente faz é o quê, é aquele atendimento inicial, daí a família vai apresentar essas demandas. (...) Muitas famílias que a gente atende, que vai pro PAIF, a gente sempre realiza visita domiciliar, que lá na visita a gente identifica as outras situações que elas não são faladas aqui, que elas são meios, assim, omitidas. Não que a família queira, mas porque existe uma situação, de que a família não quer expor, às vezes por vergonha. Se a família for necessária encaminhar pra outra rede de atendimento como escola, saúde faz o encaminhamento (ASSISTENTE SOCIAL 2).

As falas revelam que os processos de trabalho desenvolvidos são relacionados pelos/las profissionais, às ações elencadas nas Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012) pertinentes ao trabalho social com famílias, como nos lembra os ASSISTENTES SOCIAIS 3 e 5 respectivamente:

O processo é no atendimento e acompanhamento das famílias que vai de escuta qualificada, orientação, encaminhamento, visitas domiciliares, visita institucional, trabalhos sociais por meio de grupos. De modo sintético é isso: atendimento e acompanhamento.

O cotidiano do Serviço Social envolve inúmeras coisas. São as ações profissionais: orientação, escuta qualificada, atendimento que a gente realiza de forma individualizada, quando aquele usuário chega com alguma necessidade específica, que ele precisa de um ambiente mais reservado, precisa de uma orientação mais particularizada. Nós temos as visitas domiciliares institucionais, as visitas domiciliares, elas têm “n” motivos né, elas podem ser desde por uma questão de passe-livre municipal, como também pra um acompanhamento familiar.

Percebe-se a ênfase das falas dos sujeitos da amostra nos aspectos técnico-operativos do processo de trabalho, o que se configura em uma visão reducionista da prática profissional, pois a descrição do processo de trabalho do/da assistente social se faz desde a identificação de seu objeto de intervenção, à visão dos resultados idealizados pelo profissional; não se percebeu o estabelecimento, nas falas, de um processo de trabalho que inicia com a identificação da demanda, à operacionalização das demais ações que compõem o trabalho social com famílias.

Destarte, percebe-se que a categoria processo de trabalho, a partir das falas arroladas, não pressupõem a articulação das competências teórico-metodológicas, técnico-operativas ético-políticas, do profissional, que, com uma *expertise* própria, crítica e



apropriada para intervenções propositivas no universo ao qual está inserido, delineia, no plano concreto, sua intervenção de acordo com o que a situação requer.

Um dos elementos verificados, entre os profissionais, são as formas de como se apresentam as demandas:

A questão de renda, e a fragilização dos vínculos familiares e comunitários (ASSISTENTE SOCIAL 3).

É um território bastante vulnerável, do ponto de vista social e econômico. Muitas famílias que vivem na pobreza ou na extrema pobreza, realmente dependem do Programa Bolsa Família como única renda fixa e, portanto, as atividades do PAIF, quando a gente se depara com a família, geralmente o agravo é do ponto de vista mais econômico (ASSISTENTE SOCIAL 4).

À vista disso, expõe-se o fato de que a questão da renda ainda aparece, de forma recorrente, nas falas dos profissionais, como a principal demanda de trabalho no PAIF, embora a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 tenha “alargado” as situações de atendimento da Política de Assistência Social para além desse fator, a pobreza continua sendo o grande lastro para o trabalho do profissional.

Pobreza, privação de bens materiais, recursos. Além da pobreza e privação, essas são as principais, mas fragilização de vínculos afetivos, nós vemos muito. (ASSISTENTE SOCIAL 5).

No caso de outras demandas, soma-se o acesso insuficiente, dos indivíduos e de suas famílias, às políticas públicas (a maioria dos casos cita a habitação) e situações de violação de direitos no âmbito doméstico.

Assim, grande parte das famílias que nós atendemos, ela passa pra acompanhamento pra algum tipo de vulnerabilidade de renda. Sempre em relação à renda, ao desemprego, às vezes habitacional e às vezes até mesmo algum tipo de violência que a família sofreu (ASSISTENTE SOCIAL 2).

É a de drogas, o uso abusivo de drogas e o tráfico, e também uma demanda habitacional [...] Nós temos a questão da pobreza, que é uma questão que se alastra, não é uma questão específica do território. E assim, acaba, por exemplo, o uso abusivo de drogas e o tráfico, ela não deixa de tá associada da questão da pobreza. Porque a maioria dessas pessoas que traficam, elas são pessoas pobres, elas são mantenedoras do grupo familiar (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Distintos aspectos chama ao o entendimento de que as demandas identificadas, às quais os processos de trabalho do/da Assistente Social no PAIF devem atingir são de ordem estrutural, a exemplo da pobreza e a insuficiência de políticas públicas, exigindo respostas ao nível delas, as quais demandam aos profissionais a compreender nas demandas individuais, as dimensões universais que elas contêm (IAMAMOTO, 2012).

É nesse âmbito, que o Serviço Social mantém-se como atividade necessária à reprodução do sistema e da força de trabalho, originando particularidades profissionais em suas formas de entendimento e intervenção sobre as manifestações da “questão social”, em



estreita relação na viabilização dos direitos da classe trabalhadora via políticas sociais (Nogueira, Correia, Oliveira, 2023).

O padrão de compreensão de que os indivíduos e suas famílias visam respostas resolutivas às suas demandas, no âmbito do PAIF, e que por vezes isso não se processa de forma imediata, pode decorrer tanto porque as ações do Serviço não contemplam, em seus objetivos, o atendimento àquela demanda específica e consolidada, o que exige uma ação intersetorial, seja pela insuficiência destas próprias políticas, pela interdependência da oferta de seus mistos e distintos serviços, pelo limite institucional, ou até mesmo pelo limite profissional implicando na não resolutividade das demandas, fato que requer ao/a Assistente Social uma base de conhecimentos teóricos que norteie suas ações dentro de um processo racional que considere a singularidade e a universalidade das demandas de trabalho, de forma a propor alternativas de atendimento às mesmas.

Indagou-se então, aos/às profissionais sobre quais conhecimentos são necessários para balizar as ações desempenhadas na ótica de atendimento às demandas?

A partir das falas abaixo, consolida-se tanto a perspectiva da teoria crítica como importante elemento condicionante à racionalização da realidade a ser modificada pelos/as profissionais do PAIF, como envolve os mesmos no reforço às orientações legais da PNAS como forma de orientação:

Os fundamentos teórico-metodológicos está muito relacionado, nós assistentes sociais somos muito formadas pelo viés marxista, né, formação crítico dialética, a gente vê que as mazelas da sociedade é característica de um sistema, do capitalismo. E também a gente utiliza dentro da assistência as legislações próprias à assistência social, como a LOAS (...) E claro, a gente conhece outras legislações, principalmente em relação à previdência social, à saúde, por quê? Porque a gente atende demandas que não são só da assistência social. (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Nós sabemos que o método que fornece direção social para o serviço social é o método dialético, mas a gente precisa ter o entendimento do que é esse método, pra ele não ser apenas discurso formal. Eu busco intervir nestas demandas, esses fenômenos sociais, essas problemáticas, essas demandas que nós confrontamos dentro da sua multidimensionalidade (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Esse aspecto implica ainda na visualização, da preponderância da influência do conhecimento dos instrumentos legais da Política, em relação ao arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social na vivência dos profissionais:

Esse referencial teórico-metodológico é com base na própria política, na assistência social, na NOB-SUAS, na NOB-RH, nas outras leis adjacentes (ASSISTENTE SOCIAL 1).

A gente sempre procura articular o conhecimento da academia com o conhecimento que as famílias já possuem, porque elas têm conhecimento. Nas bases teóricas que a formação possibilita, e voltado mais especificamente para aquilo que a política traz. Na PNAS, nas leis voltadas da assistência social, bem como as análises dos autores como Spozati (ASSISTENTE SOCIAL 3).

Então, pra um exercício efetivo, é necessário que eu tenha tido uma base teórico-metodológica de qualidade. Porque se eu estou, por exemplo, referenciando um



serviço de convivência, aquele serviço tem toda uma teoria, tem toda uma base teórico-metodológica que tá no próprio serviço (ASSISTENTE SOCIAL 5).

A concepção das bases legais, de cunho teórico, que orientam os procedimentos técnicos da equipe do PAIF como preponderantes e efetivos a um exercício profissional de qualidade, que aparecem nos depoimentos, em que mesmo um profissional (ASSISTENTE SOCIAL 3) reconhecendo a importância da articulação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular (das famílias), ainda povoa o imaginário profissional, que a base teórica da Política é a mais legítima, ao contrário do que tratam (Nogueira, Correia, Oliveira, 2023), quando indagam que a produção de uma teoria social crítica, que abarque o contraditório conflito entre capital e trabalho, fornece ao/a Assistente Social maior discernimento para a intervenção na realidade.

Os/As Assistentes Sociais entrevistados/as também foram indagados acerca de sua competência técnico-operativa; conforme suas falas, os instrumentos técnico-operativos utilizados pelos profissionais em seus processos de trabalho no PAIF, correspondem aos meios de trabalho, demonstrando a operacionalidade das técnicas e dos instrumentos. Ressalta-se que nem todos os instrumentos são especificamente atributivos à profissão; no entanto, a utilização deles, por um/uma assistente social, possui conotação diferenciada (LOPES, 2010).

Sempre são as visitas domiciliares, né, acolhida, o estudo social. [...]E as habilidades, eu acredito que é como eu faço esse trabalho, talvez em grupo com famílias, a família ter aquela reflexão da situação, conseguir que ela realmente entenda o porquê que ela tá ali naquele grupo. (ASSISTENTE SOCIAL 2).

O desenvolvimento de situações e ações do cotidiano profissional demonstram que as técnicas operacionalizadas dizem respeito às exigências postas nas Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012): visitas domiciliares, trabalhos em grupos (oficinas), encaminhamentos e escuta qualificada (acolhida), por exemplo, mas que também fazem parte da instrumentalidade do/da assistente social.

Nós temos uma escuta qualificada como instrumento que permite, no primeiro momento, conhecer a demanda que se apresenta, observando outras demandas que são inerentes. Eu costumo dizer que não tem nada mais rico que a visita domiciliar, para nos permitir conhecer, de fato, a realidade dos sujeitos sociais. E a observação também é muito importante. (ASSISTENTE SOCIAL 4).

De acordo ainda com os relatos dos entrevistados, os mesmos se reportam a alguns instrumentos utilizados, como no caso dos relatórios sociais e do Prontuário SUAS.

Abrimos o processo de solicitação junto à SDU do kit taipa⁴ e fizemos todo, fizemos o relatório social descritivo da situação, a equipe veio da SDU, *in loco*, verificar a situação dela e foi fornecido o material (ASSISTENTE SOCIAL 4).

⁴Serviço disponibilizado em Teresina, pelas Superintendências de Desenvolvimento Urbano dos territórios (SDUs), composto por material de cobertura do domicílio e reboco das paredes, destinado às famílias residentes em domicílios em situação de risco, ocasionado pelo relevo do terreno, intempéries do tempo, ou outras situações.



Os técnico-operativos têm tanto os instrumentais, né, o prontuário SUAS. A gente sempre procura fazer (o encaminhamento) de modo formalizado, escrito. Tanto a minha parte, como a do psicólogo, a gente procura fazer de modo documentado, porque pra não ser só de boca [...] antes os usuários eram encaminhados e voltavam da porta, por exemplo, de alguma instituição (ASSISTENTE SOCIAL 3).

A dimensão técnico-operativa que muitas vezes tendem a se sobrepor às demais, ainda se efetiva a partir de outras ações complementares ao entendimento e atendimento diário às demandas, como encontros técnico-operativos com as demais políticas setoriais, demonstrando que o *modus operandi* profissional dos/das assistentes sociais não se restringe somente ao que é posto pelo cotidiano profissional; isto redimensiona a prática profissional, de forma criativa, para além do dia a dia dos atendimentos, visto que os profissionais devem considerar que ações como essa podem ser resolutivas, frente às demandas coletivas que são identificadas:

A habitação aqui da região Sudeste é uma das principais dificuldades que a gente tem, tão tal que a gente já fez até encontro técnico-operativo com a habitação (ASSISTENTE SOCIAL 3).

O trato com sua prática, identificada no depoimento que ilustra o encaminhamento formalizado, bem como a criatividade que impulsiona e incrementa os processos de trabalho operados, como a realização de encontros com a rede setorial, alargam as possibilidades de êxito das ações e da efetividade das respostas profissionais, aproximando o produto real do idealizado.

Observação que merece destaque consiste no fato de que nas falas dos entrevistados quase não se encontra ações do tipo comunitárias; um dos entrevistados cita o trabalho em grupo com famílias como “o desafio da assistência”, enquanto pouco ou nenhum profissional menciona que realizam atividades comunitárias, às quais estimulam a participação cidadã para que as famílias possam interferir na construção da vida pública no território (BRASIL, 2012).

As práticas de atendimento individual e a inclusão nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, quando hegemônicas, desfavorece uma das potencialidades do PAIF - às ações comunitárias, visto que este tipo de estabelecimento pode alcançar, desde um maior contingente de pessoas com acesso à informação sobre seus direitos, como o desenvolvimento de práticas democráticas, ponte para a construção da autonomia dos sujeitos e de processos de empoderamento frente às situações de vulnerabilidades sociais e de superexplotação da força de trabalho, norteiam o trabalho do/da Assistente Social por estarem conectadas, apoiadas no marco da totalidade, com as expressões da questão social em países como o Brasil, o que recoloca o debate para além da aplicabilidade do marco legal que rege as políticas sociais (Nogueira, Correia, Oliveira, 2023).



A dimensão ético-política do processo de trabalho do/da Assistente Social, perpassa pelo comprometimento do trabalho com o Projeto Ético-Político da profissão; daí a acuidade de se compreender como os/as profissionais entrevistados apreendem a competência ético-política em seu cotidiano profissional com as famílias em acompanhamento pelo PAIF. Entre as falas, destacam-se:

O ético-político é o direcionamento que a profissão construiu (ASSISTENTE SOCIAL 2).

Tanto o Código de Ética, como aquilo que a profissão tem debatido a respeito do projeto ético-político [...] A gente vive uma crise ética em todos os sentidos. Então, a ética tem que tá à frente. A gente não pode ficar só na ética, tem que articular a ética com os três campos⁵, né, mas a ética, ela tem que tá na frente (ASSISTENTE SOCIAL 3).

As respostas à dimensão ética-política podem ser lidas como uma representação da materialização das reflexões dos profissionais acerca desta nuance do processo de trabalho dos/das assistentes sociais entrevistados, fazendo compreender que os mesmos denotam importância a esta dimensão, para o exercício de seu processo de trabalho; todavia, os discursos são inconsistentes, eles não conseguem expressar, na realidade cotidiana, como se dá a materialização desta competência profissional.

Então, a gente sabe que nossa profissão tem uma dimensão ética. Porque ela tem um direcionamento ético, e isso a gente vê até no próprio Código, que tem lá estabelecendo as relações com os mais variados segmentos sociais, e temos uma relação política também. Essa relação política seria voltada pra questão das relações de poder que aí estão presentes. Então, a gente sabe que dentro de uma instituição nós temos a correlação de forças, que é o poder institucional, a necessidade do usuário, até onde o profissional pode ir, as limitações e as possibilidades aí presentes. (ASSISTENTE SOCIAL 5).

Esse depoimento destaca um aspecto da dimensão política da profissão, quando relatam as atitudes profissionais em relação aos demais sujeitos que se envolvem no processo de trabalho do/a assistente social, como o próprio usuário do PAIF, ou os demais profissionais do CRASs, demonstrando que o exercício profissional deve ser pautado por uma destreza política, defendida entre autores como Barroco (2006):

Eu chamo muita atenção, principalmente com nossos estagiários, eu disse: “Você conhece o Código de Ética? Você já leu a lei de regulamentação da profissão? Você entende porque que dentro das diretrizes curriculares do curso Serviço Social você tem esse pluralismo presente na formação profissional?” Então, essa dimensão ética, ela precisa ser posta dentro da dinâmica dessa realidade concretizada na relação com os sujeitos. Eu digo pra elas: “Olha, muito cuidado com o juízo de valores. Muito cuidado com essa subjetividade que muitas vezes é posta na análise da realidade social dos sujeitos. Muito cuidado pra não culpabilizarmos o sujeito pela sua situação de vida” (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Destaca-se que nas falas os/as profissionais entrevistados/as reconhecem tanto os referenciais legais que instrumentalizam seu trabalho no PAIF, quanto os dispositivos legais

⁵O entrevistado se refere às competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social.



e éticos que devem determinar a direção do seu processo de trabalho, coadunando-se então, a necessidade, para um processo de trabalho efetivo em si, a interação entre as três competências do/da assistente social, conforme segue os depoimentos:

É muito importante a gente ter sempre em mente as três dimensões profissionais. E elas em conjunto. Articuladas. Elas cooperam pra realização de um trabalho que seja efetivo (ASSISTENTE SOCIAL 5).

O meu fundamento teórico-metodológico sustenta o técnico-operativo. É o meu fazer. É o dia a dia, é minha prática. Até porque não existe uma separação no fazer profissional, né?! Nós trabalhamos com esses três pilares (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Para trilhar um caminho de possibilidades, o respeito e a utilização dos princípios do Código de Ética são mais do que um reforço à prática profissional, eles referenciam e direcionam o cotidiano dos sujeitos profissionais. Esta questão foi colocada aos entrevistados, almejando uma aproximação com este assunto no âmbito do PAIF; ou seja, investigaram-se quais princípios do Código de Ética, os/as Assistentes Sociais utilizam no dia-a-dia do seu processo de trabalho, onde se identificaram:

Eu não sei se é um princípio, um direito, uma visão, que é “A Defesa Intransigente dos Direitos dos Usuários”⁶. Então, eu sempre uso essa questão aí. Eu sempre procuro defender realmente os direitos dos usuários. Porque eu acho que a maior intencionalidade do Serviço Social seria essa (ASSISTENTE SOCIAL 2).

No plano dos discursos, foi possível constatar que todos os entrevistados pelo menos, citam os princípios do Código de Ética, em número de 11 (onze), o que pressupõe uma ideia de conhecimento destes.

Eu acho interessante que se a gente for parar pra analisar, no dia a dia do nosso trabalho, daqueles onze princípios do nosso Código de Ética, nós conseguimos operacionalizar todos eles no nosso dia a dia, salvo algumas exceções, pouquíssimas, mas no nosso fazer. Não é dizendo assim “Ah, hoje eu consegui materializar esse princípio”, é no fazer profissional. Pronto, se eu entendo o meu princípio do Código de Ética, como a liberdade, como valor ético central, o meu fazer profissional tem que refletir isso. (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Nesse *continuum*, quando se referem ao modo de uso dos mesmos, defendem como importantes e intrínsecos ao exercício profissional citando, vez ou outra, exemplos de como os mesmos são materializados em sua realidade material:

Nós temos princípios que vão desde a liberdade, democracia, cidadania, opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária. Eu posso dizer que eu procuro utilizar o máximo possível dos princípios no meu cotidiano. Claro que a gente sabe que nem sempre é possível executar na prática, né. Então, por exemplo, nós temos lá “exercício do serviço social sem discriminar e sem ser discriminado”. Eu posso até não utilizar a prática da discriminação, mas não posso evitar (ASSISTENTE SOCIAL 5).

⁶O entrevistado se refere ao segundo princípio do Código de Ética “II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”, princípio consoante ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, na dimensão normativa da defesa a todos os direitos (BARROCO; TERRA, 2012).



Diante dos depoimentos, há a presença da compreensão da transversalidade dos princípios do Código de Ética e da articulação entre si dos princípios, uma vez que estão conectados à “lógica interna e à concepção ética que os fundamentam histórica e ontologicamente” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 58), ou seja, nenhum princípio deve ser analisado e almejado de forma isolada, tendo em vista que os mesmos atendem a uma “unidade”, apresentada pela intencionalidade maior da profissão, a transformação societária.

Não tem como você trabalhar isoladamente. Eles estão presentes, todos os onze, no dia a dia. Existe uma transversalidade e uma unidade entre os 11 princípios do Código de Ética (ASSISTENTE SOCIAL 4).

Nesse sentido, por meio das falas aqui arroladas, se percebem dificuldades, entre os/as Assistentes Sociais, de operacionalizarem os princípios do Código de Ética no espaço sócio-ocupacional dos CRASs, o que pode ser comprovado quando citam os princípios, sem a argumentação de como eles se materializam no cotidiano profissional, seja na forma de atitudes e, ou, posicionamentos não-pragmáticos, desalienadores, despidos de preconceito, de autoritarismo ou moralismo, de qualquer tipo de discriminação, conforme expressa a realidade a seguir:

Então, assim, a questão da liberdade, ele teria liberdade? Sim, de se expor. Eu reconheci. Tanto é que em nenhum momento eu cheguei numa postura autoritária “Ah o senhor vai ter que sair daqui amanhã!”, não. “Pois vamos procurar uma quitinete, vamos procurar outro lugar.” Fui dando tempo pra eles, pra eles amadurecerem essa ideia (ASSISTENTE SOCIAL 1).

Nesse contexto, o contrário pode vir a favorecer práticas profissionais destituídas da capacidade de dar concretude à intencionalidade da profissão; fazendo com que o Serviço Social se apresente por um exercício profissional constituído somente por discursos e desfavorecido de formas de acesso e de possibilidades de transformação social, contrariando o Código de Ética da Profissão.

3 CONCLUSÕES

Situou-se o processo de trabalho do/da Assistente Social circunscrito em uma dinâmica que lhe exige respostas, podendo o profissional apresentar um exercício profissional constituído de conhecimentos, habilidades e atitudes não pragmáticos e desalienadores, ou o contrário - favorecer práticas destituídas da capacidade de dar concretude à intencionalidade da profissão.

Logo, a análise das dimensões do trabalho do/da Assistente Social na contemporaneidade, implicou na apreensão dos/das profissionais acerca da importância da interface entre as três competências profissionais para o exercício de seu trabalho.



No entanto, os depoimentos não revelaram, de modo mais substantivo, como os processos de trabalho dos/das profissionais são categoricamente materializados, revelando uma dificuldade dos/das assistentes sociais entrevistados/as em entenderem como se desenvolve seu processo de trabalho em relação à conjunção de todos os seus elementos, na análise concreta do PAIF, visto a insuficiência de argumentação de como eles se pensam isso no cotidiano profissional.

Trata-se então, da necessidade de que ao *modus operandi* do/da Assistente Social no PAIF em Teresina, em trilhar um caminho na perspectiva do respeito aos elementos de seu processo de trabalho, das competências teórico-metodológicas e técnico-operativas e da utilização dos princípios do Código de Ética atuando sobre as demandas além daquilo que está anotado nos vieses dos referenciais técnicos-legais que dão direcionamentos às ações profissionais, produzindo ações processuais e sistemáticas, de subsídio ao desenvolvimento das capacidades que dotam os indivíduos da condição de sujeito de direitos.

A funcionalidade do/da profissional, consiste, pois, em suas prerrogativas técnicas de dar respostas de enfrentamento à questão social, em meio à sua rotina de forma convergente aos princípios éticos-político-profissionais, sob o perigo de recair em práticas pragmáticas, burocratizadas e instrumentalizadas com bases não críticas, entendendo o processo de trabalho como um processo dialógico e fortalecedor de uma política pública resolutiva.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, S. H. Conselho Federal de Serviço Social (Org.) **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

_____. _____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Volume 1. Brasília, 2012.



IAMAMOTO, Marilda. V. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições Privativas do/a Assistente Social**. Em questão. Conselho Federal de Serviço Social. Gestão Tempo de Luta e Resistência 1. ed. Brasília, 2012.

LOPES, M. S. M. Processo de Trabalho no Serviço Social. In: **Processo de Trabalho no Serviço Social**. Arno Vorpagel Scheunemann [et al.]. Canoas: ULBRA, 2010.

KARSCH, Ursula M. Simon. **O Serviço Social na Era dos Serviços**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**: problemas e categorias, uma visão histórica. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NOGUEIRA, K.W.A.S; CORREIA, D.; OLIVEIRA, V.L.R. **Dependência e política social no Brasil: reflexões sobre os desafios do Serviço Social**. Serv.Soc. Soc. V. 146 (3). São Paulo, 2023.

OLIVEIRA, Karla Vianna Azevedo de. **O processo de trabalho do/da assistente social e a autonomia das famílias em acompanhamento pelo serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) na cidade de Teresina (PI)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, 2016. 183 f.